



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 20

7.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de outubro de 2019

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Anabela Milhinhos (em substituição de Luís David Trindade de Moreira Testa, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, António Carreiras (em substituição de Joaquim Francisco da Silva Barbas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Marco Antunes (em substituição de Fernando António Rebola, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Paula Marques (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

No uso da palavra, a primeira secretária da Assembleia Municipal, Sílvia Relvas, disse que o presidente da Assembleia não ia poder estar presente naquela sessão, por estar em funções do grupo parlamentar, na Assembleia da República e o segundo secretário, por sua vez, tinha também pedido a substituição.

Segundo o estabelecido no número quarenta e seis do regimento, num caso em que não houvesse maioria na mesa, teria de ser feita uma eleição dos dois secretários.

Propôs para secretários da mesa Carla Mocito e João Realinho. Os membros presentes iriam efetuar o voto secreto à medida que a própria fazia a chamada.

Após votação, verificou-se terem entrado na urna vinte e sete votos, tantos quantos os membros presentes, verificando-se a seguinte votação: vinte e um votos a favor e seis em branco, ficou assim composta a mesa da Assembleia para a presente sessão, Sílvia Relvas como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Carla Mocito e João Realinho, como primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Referiu ainda que, tratando-se de uma Assembleia extraordinária, não haveria leitura de expediente, nem período de intervenção do público, nem período antes da ordem do dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ORDEM DO DIA:

Sílvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia, deu início à ordem de trabalhos e perguntou aos grupos parlamentares se concordavam em que se discutissem juntamente os pontos um e dois, sendo posteriormente votados em separado. Não houve objeções-----

1 – 2.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.10.2019 –

2 - 2.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse ter sido com surpresa que viu aquele ponto ser remetido e alvo da deliberação do executivo municipal. Provavelmente, haveria ali algum lapso da parte da presidente da Câmara, ao propor a revisão, porque o facto de estar a insistir na abertura de uma cabimentação para um projeto que tinha sido bastante discutido, quanto à sua prioridade, ou não, no seio de outras questões muito mais essenciais para o concelho, era o mesmo de estar a “atirar o barro à parede”, para ver se o mesmo passaria, no seio da Assembleia. Era uma provocação.

A votação do grupo do PS não seria a de aprovar o ponto.

Mais referiu que era intolerável, do ponto de vista do respeito institucional, que a Câmara Municipal de Portalegre não tivesse acautelado, no devido tempo, a votação de diversas matérias tão importantes como as que estavam ali, para uma sessão ordinária e não extraordinária daquela Assembleia Municipal. Era a tradução do completo desvario organizacional em que a autarquia se encontrava, por culpa da incapacidade e inoperância da presidente da mesma. -----

Hugo Capote, relativamente àqueles dois pontos, disse que a CDU iria votar contra porque já estavam praticamente em novembro e a presidente da Câmara ainda não tinha orçamento referente a dois mil e dezanove. Salientou que a Câmara Municipal de Portalegre tinha feito todo o exercício orçamental sem grandes opções do plano, ou melhor, sem as prioridades políticas e de investimento do município definidas e sem os instrumentos contabilísticos e orçamentais necessários para as efetuar.

Portanto, a presidente da Câmara estava a “navegar à vista”, conforme gostava e sem ter plano para ir gerindo as coisas à sua maneira, apresentando documentos mal estudados e atirando para cima da oposição as culpas das coisas que não fazia bem-feitas. O que qualquer Câmara precisava era de um orçamento que previsse as prioridades para o ano seguinte, bem como os meios financeiros a alocar, para as realizar. Contudo, na Câmara Municipal de Portalegre, tal não acontecia há mais de um ano e chegavam à ironia de estarem ali a discutir terceiras revisões orçamentais, sem um único orçamento aprovado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes na sala e informou que aquela revisão orçamental era, meramente, para abrir a rubrica. Tinha a ver com dois projetos essenciais. Obviamente que todos tinham a sua opinião, fosse para aprovar ou chumbar. Aqueles projetos tinham a ver com um projeto do edifício situado frente ao arquivo distrital, o qual estava em ruínas. Foi desenvolvido um projeto no sentido de irem ao PO Regional e o mesmo tinha sido aceite. Eram dinheiros de fundos destinados a recuperar edifícios em ruínas. Portanto, a revisão tinha duas questões: uma para abrir aquela rubrica e a outra tinha a ver com a intervenção no estádio Sousa Lima, o qual sofria de patologias graves. Disse serem intervenções fundamentais para a cidade. -----

João Meira disse que era importante fazer uma resenha histórica e dizer que a atual presidente da Câmara Municipal, por várias vezes, tinha dito aos portalegrenses que era a salvadora do pagamento da dívida. Contudo, depois de ultrapassado o limite de excesso de endividamento da autarquia, a mesma apresentou ali projetos infraestruturantes para o futuro de Portalegre: a Av.^a Francisco Fino e a Piscina Municipal dos Assentos e apresentava agora mais dois e preparava-se para, na próxima quarta feira, tirar da cartola mais alguns, mas sem conseguir assegurar a cabimentação orçamental necessária para os concretizar. Além de que colocava a Câmara num cenário que, a aprová-los a todos, levaria ao esgotamento da capacidade de endividamento da mesma.

Portanto, o que se identificava ali era a tamanha irresponsabilidade da presidente da autarquia, bem como a imponderação naquela fase do mandato, depois de nos últimos anos ter dito a todos que pagaria a dívida, gerindo as contas com rigor e transparência.

Em conclusão, referiu que se fizessem uma conta de somar entre aqueles dois projetos para abrir somente rubrica, embora apresentasse como dotação, para dois mil e vinte, quinhentos e sessenta e nove mil euros para a incubadora de empresas, de carácter não tecnológico e duzentos e setenta e quatro mil euros para a requalificação do estádio; juntando aquilo aos dois projetos que iriam ser levados à próxima reunião do executivo camarário, chegavam à módica quantia de dois milhões de euros, os mesmos que há bastante tempo eram pedidos para a construção da nova escola da GNR, em Portalegre.

Portanto, ao chegar àquele patamar, tratavam-se de escolhas e de prioridades e, a presidente da Câmara tinha-as deixado ali bem claras. Lamentava que os portalegrenses nem sempre soubessem quem é que defendia as prioridades criadoras de emprego no concelho. -----

A presidente da Câmara disse que, evidentemente, tinha sido feito um estudo relativo ao limite de endividamento, para não colocar em perigo a autarquia.

No entanto, salientou que o valor da incubadora era financiado em oitenta e cinco por cento do valor total, a fundo perdido. O esforço da Câmara era de quinze por cento, o que correspondia a cerca de noventa mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se era verdade que tinha deixado “cair” a Escola Cristóvão Falcão, ou se continuava a compilar os dados referentes à mesma. Constatou-se que não havia verba para efetuar as obras necessárias na escola. Era verdade, ou não, que a prioridade seria a incubadora de destino incerto. Lembrou aos presentes que havia uma pequena diferença entre abrir uma rubrica orçamental e colocar lá somente um euro ou não a abrir e fazer um orçamento, porque, desde que a rubrica estivesse aberta a presidente da Câmara nem precisava de ir à Assembleia Municipal, bastar-lhe-ia fazendo alterações orçamentais. Portanto, perguntou porque é que a presidente não fazia o orçamento e metia no mesmo a rubrica aberta e discutia com os grupos, para saber se seria aprovado. -----

Miguel Monteiro, relativamente às incubadoras, disse que, com mais aquela proposta, Portalegre já ia na terceira: a da Biobip; a do protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre e a última proposta apresentada.

Referiu, inclusive, que o argumento da presidente da Câmara para apresentar aquele projeto era o argumento dos quinze por cento, levado ao excesso, o que significava que se houvesse possibilidade de financiar, em oitenta e cinco por cento, um reptilário ou até uma praia fluvial, mesmo sem existir um rio em Portalegre, a mesma também apresentava a proposta.

Contudo, gestão orçamental era, basicamente, identificar quais as prioridades da cidade e apostar, tendo em conta os fundos disponíveis.

O entender do PS era de que a incubadora não era essencial, muito menos para a criação de emprego, tão necessário para o concelho. -----

Ricardo Romão disse que a discussão era já recorrente. O que estava ali em causa eram opções políticas do executivo que governava a Câmara e que, obviamente, não existiam apenas para molestar quem não concordava com as mesmas. A intenção era de que aqueles projetos pudessem ter interesse para o futuro de Portalegre.

Lembrou o facto da incubadora da Biobip estar a funcionar. Salientou que não se deveria contestar sem sequer dar melhores alternativas. Além de que, uma das opções da incubadora, além da própria iniciativa, era a recuperação de um edifício no centro histórico. Portanto, aquela discussão acabava por ser estéril. -----

A presidente da Câmara disse que o projeto da escola Cristóvão Falcão não tinha caído e que, no passado dia dezassete de fevereiro, tinha sido reforçada a componente da dotação FEDER, para a presente operação, em mais seiscentos e sessenta e seis mil euros. Esperava ver ainda o valor mais reforçado, por parte do Ministério da Educação.

Atualmente, o ponto da situação, era que o valor da obra cifrava-se em dois milhões e cinquenta e quatro, oitocentos mil e sessenta e quatro cêntimos, mais iva e estava previsto em orçamento, para além da escola Cristóvão Falcão.

Mais referiu que a questão da escola da Guarda Nacional Republicana era também dos eixos prioritários daquele executivo e estavam previstas, para o orçamento de dois mil e vinte, as infraestruturas da escola, na parte que cabia à Câmara, não o projeto, nem a construção da escola, mas sim a parte da infraestruturas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que, provavelmente, a presidente da Câmara iria deixar cair a escola Cristóvão Falcão porque era uma escola do Ministério da Educação.

Embora a presidente tivesse dito que o reforço da dotação foi feito desde fevereiro, recordou que, há cerca de um mês, quando ali a tinham questionado, acerca do ponto de situação da escola, a mesma respondeu que estavam a compilar dados.

A escola Cristóvão Falcão era mais um “elefante branco” que a presidente da autarquia deixava na cidade.-----

A presidente da Câmara realçou o facto de que quem tinha inscrito a escola em causa, para ser requalificada, tinha sido ela própria, ainda em dois mil e onze. Desde então que tentava que a mesma ficasse devidamente requalificada. Não a iria deixar cair. Acrescentou que já tinha falado com os presidentes das Câmaras de Ponte de Sôr, Castelo de Vide e Marvão, que também ainda não tinham arrancado e iriam ter uma reunião com o novo secretário de Estado da Educação.-----

Miguel Monteiro disse que se a escola “caísse” a única responsável política era a presidente da Câmara Municipal de Portalegre.

Na realidade, a presidente, pouco ou nada tinha feito; começando pela reabilitação da zona do comércio tradicional; a recuperação dos antigos passos do concelho; etc.

De vários projetos, há muito tempo lançados, nada foi feito. No entanto, estava agora a endividar-se com sinaléticas e com incubadoras.-----

Luís Carvalho, relativamente às escolas, reconhecia que havia um enviesamento no processo, logo de partida. Recordou que quem tinha a responsabilidade reabilitar o edifício da escola básica Cristóvão Falcão era o Ministério da Educação. A partir do momento em que todos os municípios eram encostados à parede, no sentido em que, ou apoiavam o Estado, em termos de financiamento e em que os quinze por cento da contrapartida nacional tivesse de ser dividida entre a administração central e a administração pública, viram-se confrontados com a comparticipação de sete e meio por cento dos projetos, ou então, os investimentos não seriam concretizados.

Quando Portalegre e Elvas apresentaram os projetos, as verbas dos dois ultrapassava, em mais de três vezes, o montante que estava destinado à requalificação de todas as escolas, nomeadamente Marvão, Castelo de Vide e Monforte. Houve, portanto, um processo de requalificação que foi redefinido várias vezes, para se tentar acomodar aquilo que era a capacidade financeira do município.

Acreditava que, atualmente, o projeto já estivesse consolidado e que fosse altura de avançar com o mesmo, garantindo a sua concretização.

Por outro lado, referiu que não seria o facto de haver um programa de financiamento ou um aviso de concurso que estabelecia a possibilidade de financiar determinado tipo de obra, que se devia ir a correr atrás do mesmo. Lembrou que mais de sessenta por cento do investimento público, e Portugal, era feito com base naquilo que eram os apoios financeiros disponibilizados pela união europeia. Portanto, havendo fontes disponíveis, que pudessem aprovar projetos, poderiam encontrar financiamento para a cidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 – 3.^a Alteração ao mapa de pessoal de 2018 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

A presidente da Câmara disse que o ponto tinha a ver com quatro postos de assistentes operacionais (motoristas) e mais quatro para a remendagem.-----

4 – Classificação do edifício/sede do Sindicato dos Operários Corticeiros como monumento de interesse municipal – para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

O vereador João Cardoso disse que se tratava de um procedimento que decorria há algum tempo e que nasceu a pedido do próprio sindicato e tinha a ver com o enquadramento do próprio edifício num financiamento. Era somente para comunicar à Assembleia Municipal.-----

Diogo Júlio saudou a decisão e informou que as obras daquele prédio, que durante anos impediram a circulação da zona alta da cidade, ainda estavam a decorrer, mas esperavam que dentro de um ano tivessem um edifício requalificado, onde pudesse ser posto à disposição dos portalegrenses a história do movimento operário, da cidade de Portalegre.-----

Hugo Capote também saudou a previsível reabertura da Rua do Carmo, a qual já estava fechada há mais de cinco anos.-----

5 – Requerimento da CDU para audição do 1.º comandante distrital de operações de socorro;

Miguel Monteiro disse ter sido o PS quem despoletou aquele assunto, no sentido de se esclarecer o histórico de acompanhamento, por parte do município, relativamente às reuniões regulares, no âmbito da concelhia distrital da Proteção Civil e de o comandante poder ali explicar algumas incoerências levantadas pela presidente da Câmara.-----

Ricardo Romão, em nome da CLIP, disse que concordariam com a proposta.-----

Hugo Capote disse que era de todo o interesse e acrescentou que, perante uma informação prestada à Assembleia Municipal de que o elemento que representava o município de Portalegre, na questão dos incêndios e da prevenção florestal, não aparecer às reuniões do CDOS e perante a falta da presidente da autarquia assumir qualquer responsabilidade sobre o assunto, era preciso saberem o que se tinha, efetivamente, passado.-----

Marco Antunes disse que o PSD também não tinha nada a opor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que, além de pertencer, era a responsável pelo Conselho Distrital da Proteção Civil e era quem convocava as reuniões, tendo estado presente em todas. Portanto, admirava-se por nunca ter sido avisada, pelo comandante Conchinhas, de que o representante da autarquia teria faltado várias vezes.

Por outro lado, louvou os sapadores da Câmara Municipal de Portalegre, que muito tinham feito e que tinham sido dos melhores, a nível nacional, elogiados pelo secretário de Estado do ambiente.-----

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia disse que, com a concordância das bancadas políticas, iriam ter, na próxima sessão, o comandante do CDOS, de modo a ficarem todos esclarecidos.

Referiu ainda que, desde a última assembleia, o representante da Câmara Municipal já tinha estado presente em todas as reuniões e nunca mais tinha faltado. Concluiu, dizendo que tinha servido de alguma coisa a sua intervenção.-----

6 – Eleição do presidente de junta/suplente, para o XXIV congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa, solicitou às bancadas para apresentarem as listas, de modo a ser eleito um elemento efetivo e um suplente.-----

Miguel Monteiro, em nome da bancada do PS, disse que apresentariam, formalmente, uma lista e que a mesma seria constituída pelo efetivo Francisco Silva e pelo suplente Jaime Fitas.-----

Não houve mais nenhuma lista. Após votação, por escrutínio secreto, o resultado foi o seguinte: quinze votos a favor e treze em branco.-----

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa, sugeriu que se juntassem os pontos sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze, os quais tinham a ver com os contratos de delegações de competências entre o município de Portalegre e as juntas de freguesia. Fazia todo o sentido juntarem aqueles pontos e depois seriam votados individualmente. Não havendo objeções, passaram à discussão dos referidos pontos.--

7 – Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

8 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

9 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

10 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Reguengo e S. Julião;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

11 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

12 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

13 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente da Câmara disse que, de acordo com a nova legislação, teriam de fazer os contratos acima mencionados. Para mais pormenores, disse que o vereador do pelouro, que acompanhava o processo, poderia esclarecer.-----

João Meira disse que aquilo era o terminar de um processo que, pela pressão do grupo municipal do PS, tinha ali a luz verde ao pedido endereçado, várias vezes, para que fossem valorizadas as freguesias do concelho e fosse feita a justiça necessária às freguesias rurais do concelho. -----

Hugo Capote perguntou porque é que iriam assinar um contrato com as juntas, em novembro, quando o mesmo contrato tinha a validade até final do ano em curso. Assim como, tentar clarificar porque é que, apesar do acréscimo de trinta por cento, havia um significativo aumento de competências para as mesmas, nomeadamente a recolha de resíduos sólidos. -----

O vereador Nuno Lacão disse que, com a publicação da lei cinquenta e sete, tinha havido uma alteração naquilo que eram as competências do município e as outras que teriam de ser transferidas por acordo inter administrativo. O protocolo deixou de poder ser feito, porque havia uma separação, relativamente ao que eram as competências da Câmara. Acrescentou que todas as juntas que tinham o acordo de execução em vigor até final do ano, a transferência passaria a ser feita pela DGAL e o processo passaria a ser contínuo. A próxima fase seria a trabalhar em conjunto com as freguesias, para dois mil e vinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Disse, inclusive, que à luz da nova legislação, os que tinham o acordo de execução em vigor, não poderia ter alterações, caso contrário o mesmo caía e só existiria a figura do acordo interadministrativo.

Na situação da Alagoa, visto não terem o acordo de execução, a possibilidade de se recuperar foi à luz do mesmo, em que foram elencados alguns dos equipamentos públicos onde seria necessário fazer intervenções, mas o município deixaria de o fazer. Relativamente à questão orçamental, obviamente estaria em função do respetivo orçamento.

Mais disse que, face às situações que as juntas já faziam, acordaram em conjunto um número de trabalhos de limpeza nalguns equipamentos públicos, de forma a complementar o aumento dos trinta por cento que já tinham sido deliberados e para ficarem em função até ao final do ano vigente.

Por último, referiu que, no seguimento de tudo aquilo, começavam a trabalhar num novo modelo de acordo de execução, com todas as juntas e as competências do município seriam delegadas através de novos contratos inter administrativos e, a nível dos acordos de execução, serão competências acordadas com as juntas, em que seriam posteriormente transferidas as verbas, através da DGAL, para cada uma. -----

Miguel Monteiro disse que o PS tinha batalhado muito em prol das freguesias, principalmente das rurais, pois sabiam que qualquer freguesia consumia, de forma mais eficiente, os recursos que lhes eram atribuídos para resolver os problemas locais, do que uma estrutura maior, como no caso do município de Portalegre. Portanto, o dinheiro aplicado nas mesmas era reprodutivo e esticado para fazer o máximo de obra possível. Apesar das mesmas terem vários problemas sem estarem resolvidos, ainda assim conseguiam com poucos meios terem salubridade, em termos de limpeza geral, melhor do que tinha a cidade de Portalegre, que continuava a padecer daquele mal crónico. Portanto, o resultado do que iriam ali voar era apenas o assumir do falhanço completo do modelo de atribuição de fundos às juntas de freguesia, implementado pela câmara, até à data, o qual tinha levado a que muitas juntas não tivessem o mínimo indispensável para executarem tarefas essenciais. O município falhou.

Contudo, as freguesias iriam continuar com problemas graves por resolver, independentemente daquele reforço. Enquanto houvesse uma freguesia numa situação aflitiva, no concelho, como no caso da Alagoa, a política de atribuição de fundos da Câmara às freguesias falhava redondamente. O procedimento em causa era o assumir do falhanço, mas o mais importante era aprender com o falhanço e construir um novo modelo, para que nunca mais ficasse nenhuma freguesia isolada, relativamente a todas as outras.

Concluiu, dizendo que muitas vezes já tinham identificado, nas prioridades da Câmara e até nas prioridades dos próprios serviços municipalizados, que havia uma efetiva discriminação positiva a favor das freguesias lideradas pelo movimento CLIP, em detrimento das outras quatro freguesias, as quais não tinham as mesmas oportunidades. -----

Hugo Capote disse que só havia uma das freguesias (Alagoa) que, pelo valor atribuído, estava longe de resolver o seu problema, a qual precisava daquele contrato inter administrativo ainda durante o ano de dois mil e dezanove, até porque todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

outras tinham o contrato de execução que, como a lei dizia, em dois mil e vinte teriam de passar a contratos inter administrativos de delegação de competências, com a dotação correspondente. Depois teria de se ver se as Assembleias de Freguesia aprovariam, ou não, os mesmos.

A questão que se colocava era que enquanto a freguesia da Alagoa previa não só a recolha das ramagens, dos monos, etc., nas outras não seria bem igual. Se os contratos forem para a frente, perguntou se a união das freguesias da Sé e São Lourenço terá capacidade para, na época do Natal, conseguir fazer a recolha de todos os monos e resíduos deixados por toda a cidade. Os munícipes portalegrenses teriam de saber que, de futuro, os contentores que tiverem perto de casa, já não seriam responsabilidade da Câmara de Portalegre, mas sim da junta.

Acrescentou que o que estavam ali a fazer era a apreciação duma proposta da Câmara, para depois a mesma ser levada às juntas e decidirem então se assinam, ou não. Entendia que não era de boa fé, o facto da autarquia “atirar” para cima das juntas a responsabilidade das recolhas, durante o mês de dezembro próximo, por somente cinco mil euros, que as juntas receberão. Perguntou se não seria mais sensato adiar para dois mil e vinte, com os contratos administrativos mais abrangentes e dotados financeiramente.-----

Paula Marques perguntou se os presidentes de junta tinham sido auscultados, relativamente àqueles valores e à proposta apresentada.-----

A presidente da Câmara referiu que aquele trabalho foi feito conjuntamente com as juntas de freguesia.-----

Henrique, enquanto presidente duma junta de freguesia, disse que os Fortios também tem sido esquecido pela Câmara Municipal. No entanto, contrariando o que disse o membro Hugo Capote, salientou que para todas as juntas de freguesia todos os cêntimos eram importantes e os cinco mil euros faziam-lhes muita falta. Era do conhecimento geral que havia, claramente, três freguesias que não tinham tantas necessidades como outras.

Quanto às valências que foram criadas, disse que as juntas já há muito que prestavam os referidos serviços. No caso da junta de freguesia dos Fortios, não lhe incutiam mais nenhuma responsabilidade porque eram serviços que os empregados da junta já faziam, embora com algumas limitações, pois não estavam munidos dos meios necessários para lidar com os monos.-----

Bruno Calha disse que o trabalho tinha sido feito com todos os presidentes e, certamente, todos sabiam ao que iam, até porque tinha sido aprovado em Assembleia de Freguesia e em sede de executivo. O trabalho já vinha detrás e não tinha sido exclusivo do PS. Salientou o facto de os presidentes das juntas já terem reivindicado aqueles aumentos. Na sua Assembleia de Freguesia, já tinha levado a proposta a aprovação. Portanto, era do interesse de todos o apoio financeiro concedido a todas as juntas. Salientou que a sua junta de freguesia não tinha nenhum benefício em relação às restantes e podia demonstrar o empenho e trabalho, em função da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

freguesia. Entendia ser de mau tom estarem ali a acusar algumas freguesias, as quais trabalhavam em prol da população, de serem beneficiadas em detrimento de outras. Em conclusão, disse que todos juntos faziam melhor pelas freguesias e pelo concelho.

Francisco Silva disse que o dinheiro em causa fazia muita falta às juntas do concelho. Evidentemente que teriam, com algum esforço, dar resposta aos pedidos. O protocolo ainda não tinha ido à Assembleia de Freguesia da cidade, mas iria no próximo dia dezoito. -----

Hugo Capote lembrou que a CDU não tinha votado contra a questão, abstiveram-se. Perguntou se não teria sido possível a Câmara ter dado os cinco mil euros com uma alteração orçamental e um reforço da verba da rubrica que já estava aberta, sem ser preciso dar mais obrigações e competências às juntas de freguesia. Destacou estar contra a moeda de troca exigida às juntas. -----

Henrique Santinho disse que dava os parabéns às juntas de Alegrete, São Julião e Ribeira de Nisa e, ao contrário do que pudessem ter percebido, não estava minimamente contra os seus colegas daquelas juntas. No entanto o que estava em causa, naqueles últimos dois anos, era o facto de a autarquia não ter ainda reconhecido as restantes juntas de freguesia, além daquelas três. -----

A presidente da Câmara louvou o trabalho das juntas de freguesia e referiu que o princípio da equidade era aquele com que se norteava. Obviamente que desejaria que a autarquia pudesse reforçar ainda mais as juntas de freguesia. Disse ainda, relativamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), que o mesmo tinha de ser reforçado nas juntas de freguesia e nas Câmaras. Entendia que o ponto deveria ser agendado na reunião do executivo e da Assembleia, pois estavam a ser penalizados, naquilo que eram as verbas que o Estado transferia para as autarquias locais. Lembrou que existiam dados que confirmavam que, naquela equação, havia discriminação negativa em relação ao concelho de Portalegre. -----

Miguel Monteiro disse que a presidente não podia falar em equidade, quando falava das freguesias. A presidente tinha obras de centenas de milhares de euros, em freguesias rurais e depois não tinha meia dúzia de euros para repara uns meros lancis ou substituir um piso da casa mortuária da freguesia da Alagoa. Na mesma freguesia onde foram os sapadores e que em vez de limparem a via pública, limpavam propriedade privada. Acrescentou que não era por ter distribuído, somente agora, algum dinheiro que tinha ganho o direito de falar em equidade. -----

A presidente da Câmara, em defesa da honra, disse ao membro Miguel Monteiro para demonstrar onde é que a mesma não estava a agir com equidade. Disse, inclusive, que gostava de saber quanto é que tinha custado a estrada da Urra para o Assumar ou a da Alagoa até Castelo de Vide. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Jaime Fitas disse estar plenamente de acordo com tudo o que foi ali dito pelos presidentes de junta e reforçou a ideia de que para as juntas todos os cêntimos faziam falta. A questão que importava, dali para a frente, era que o município recebia verbas, relativamente às competências que tinha nas freguesias, mas se aquelas competências forem atribuídas às juntas, então teriam as consequências daquilo que não tinha sido feito pelo município. Se assim se verificar, deixava-o preocupado. -----

14 – Proposta de aquisição de imóvel, pertencente à Fundação Robinson pelo Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente da Câmara lembrou aos presentes que o Convento de São Francisco era propriedade do Ministério da Defesa e tinha sido integrado num programa do Turismo de Portugal (Revive). No entanto, aquele concurso tinha ficado deserto. Na altura, a Câmara foi contactada por alguns interessados em concorrer ao programa Revive, para colocarem no referido local um equipamento hoteleiro. Contudo o espaço era insuficiente para o efeito. Tendo por base tais premissas, disse que contactaram o Turismo de Portugal no sentido de perceber se havia possibilidade de alargar o espaço para integrar o programa Revive. Também começaram a trabalhar com a Direção Geral do Património para que o espaço pudesse ser visto de forma integrada e que pudesse albergar não só um equipamento para o efeito, mas também recuperar algum património querido de todos. Portanto, seria necessário acautelar o património de arqueologia industrial existente e também a questão de lá estar o museu ligado à Robinson. Naquele sentido, referiu que a Direção Geral do Património tem estado a acautelar todas as questões e o Turismo de Portugal tinha visto também a questão de forma positiva.

Perante o trabalho já realizado com aquelas entidades, disse que a proposta da Câmara era integrar no programa Revive parte daquilo que era o Espaço Robinson, de modo a albergar um equipamento que poderia ser extremamente importante para Portalegre, quer a nível do emprego, quer a nível da recuperação daquele património. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha recebido uma proposta do Conselho Diretivo da Fundação Robinson a propor a venda do imóvel. -----

Marco Antunes referiu que, no início da sessão, todos os membros tinham ali recebido a declaração de voto do vereador Armando Varela, a qual não tinha sido apresentada na altura da reunião de Câmara e não foi incorporada a tempo, nos documentos do portal da Assembleia Municipal. Eventualmente, nem todos tinham tido oportunidade de apreciar o documento em causa. Solicitou à mesa para que o vereador Armando Varela pudesse fazer um resumo do que estava escrito naquele documento.

O vereador Armando Varela disse que não estava ali em causa a vontade que todos tinham de requalificar o património da antiga fábrica Robinson, mas sim saber se tinham, ou não, competência de tomar aquelas deliberações.

Na realidade, a competência para vender o património da Robinson não era do Conselho Diretivo. Os estatutos, aprovados recentemente, tinham alterado a competência e, atualmente, o Conselho Diretivo poderia propor tudo aquilo, mas teria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de ouvir o Conselho Fiscal Único, o Conselho de Curadores e, naturalmente, os seus fundadores, dado que um dos fundadores detinha quarenta e dois por cento do capital da Fundação Robinson. Acrescia ainda o facto de o fundador ter toda a legitimidade para, sem tempo limite e nos termos do artigo seiscentos e cinco do código civil, apor uma ação de nulidade sobre o eventual negócio. Mas, mesmo ultrapassando aquela componente, havia uma componente a ser analisada naqueles documentos e que era a capacidade de endividamento. Chamou a atenção para o facto de tal capacidade não ser a que se queria mas a que estava permitida na lei. Era um documento que determinava que, à data de trinta de setembro, a capacidade de endividamento era de um milhão, setecentos e cinquenta e três mil euros.

Portanto, os empréstimos que ali se propuseram, para serem aprovados, eram de um milhão, trezentos e onze mil euros e, ao mesmo tempo, não poderiam aprovar o mesmo, porque o limite que ficaria era de quatrocentos e quarenta e um mil euros e a dívida que ali assumiriam era de um milhão e setenta e sete mil euros.

A situação em causa não lhe parecia crível e, contudo, tinha sido aprovada na reunião do executivo. Não se deveria aprovar algo que excedesse a capacidade de endividamento.

Relembrou que a Fundação Robinson não tinha um problema económico, pois tinha uma situação líquida de doze milhões de euros, tinha sim um problema financeiro porque, na realidade, a Câmara Municipal de Portalegre, desde dois mil e doze, tinha um contrato programa que tinha sido aprovado, em Assembleia Municipal, em abril do mesmo ano, o qual não pagava. Portanto, a dívida da Câmara era de cerca de oitocentos e sessenta e três mil euros.

Se, de facto, o objetivo de todos era o de criar condições para não deixar passar aquele investimento, tinham de ser pragmáticos e não havia nada que impedisse que a própria Fundação pudesse protocolar a cedência de direitos de superfície, no prazo correspondente, conjuntamente com a Câmara Municipal, em relação ao eventual investidor. Todo o cuidado que se pudesse ter com aquele processo era pouco para garantir o investimento, o qual não dependia única e exclusivamente da vontade da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, mas sim do visto do Tribunal de Contas, sem o qual não se faria. -----

Hugo Capote disse que aquele ponto tinha questões de forma, as quais tinham, muitas vezes, enviesado a resolução de muitos problemas naquela Assembleia Municipal, que chegavam ali mal instruídos pela Câmara Municipal.

Salientou que a Fundação Robinson tinha sido criada para preservar o espólio arqueológico e industrial da fábrica da rolha e ia vender à Câmara Municipal, para a mesma poder colocar no Revive, por uma insinuada intenção de compra.

Realçou o facto de, no extrato da ata do novo Conselho Diretivo da Fundação Robinson, o mesmo ter decidido aquela alienação de património com base numa assinatura. Nem sequer era perceptível o número de pessoas que estiveram naquela reunião. A única coisa que dizia era que o Conselho Diretivo tinha aprovado, por unanimidade, a alienação mas, no entanto, só lá estava uma assinatura. Portanto, aquela ata nem era válida para aquele processo.

Por outro lado, os estatutos da Fundação Robinson, no artigo vigésimo: “O fiscal único tem que se pronunciar sobre a alienação de património.”; facto que não era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desmentido pelo parecer jurídico da sociedade de advogados que tinha sido contratada pela Câmara. A única coisa que lá estava contestada era que não tinham de dar conhecimento à entidade competente que, naquele caso, seria o Ministério da Administração Interna, a quem competia a supervisão dos atos das fundações. Naquele caso, era óbvio que não se cumpriam os três pressupostos que lá estavam, mas era omissa em relação ao fiscal único e era absolutamente lapidar, nos estatutos da Fundação, que o referido fiscal tinha de se pronunciar.

Em conclusão, tudo aquilo era opaco. A CDU não estava nada contente com o que ali era apresentado e, para o seu grupo, aquilo era o enterro da Fundação Robinson.

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia, salientou estar com sérias dúvidas naquela ata e não percebia como é que a mesma estava assinada somente pelo vogal e se, efetivamente, os outros membros tinham estado presentes na reunião. Perguntou se os mesmos já tinham tomado posse. -----

A presidente da Câmara disse que as questões eram pertinentes mas aquilo não se tratava de uma ata, mas sim de um extrato duma ata, o qual podia ser assinado só por uma pessoa, mas que tinha tanta validade como a própria ata. Lembrou que os estatutos da Fundação diziam que um dos seus membros poderia certificar os atos e deliberações e ter o poder de assinar. O artigo catorze, referente às competências do Conselho Diretivo dizia o seguinte: "...designar um secretário, de entre os seus membros, a quem caberá certificar os atos e deliberações.". Mais disse que estavam presentes todos os membros, conforme dizia o extrato da minuta da ata.-----

Hugo Capote disse que não era possível saber se estavam todos presentes, porque não estava lá escrito.-----

A presidente da Câmara referiu que a Fundação Robinson era constituída por cinco elementos e que tinha sido enviado um ofício para a Corticeira Bros. S.A., no sentido de os mesmos indicarem pessoas para o Conselho Diretivo. No entanto, não o iriam fazer, pois enviaram um mail para a Fundação dizendo que não nomeavam ninguém. Logo, o conselho diretivo, que tinha tomado posse, teria de funcionar com três pessoas, obrigatoriamente, caso contrário não teriam quórum. -----

Hugo Capote disse que estavam ali a decidir vender património no valor de um milhão e trezentos e a presidente queria que houvesse boa fé para tal. Realçou que a própria boa fé da presidente da autarquia já estava esgotada, há muito tempo. Acrescentou que a presidente da autarquia, no Conselho Diretivo da Robinson já por várias vezes tinham decidido coisas só com dois elementos e até só com um.

Lembrou que na reunião de Câmara em que aquele assunto foi decidido, também decidiram enviar para a Inspeção Geral de Finanças e para o Tribunal de Contas vários atos administrativos da Robinson que eram tudo menos legais.

No seu entender, qualquer extrato de uma ata era, nem mais nem menos, que uma fotocópia de uma ata, além de que qualquer ata tinha de ser assinada no final e rubricada nos cantos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, relativamente ao extrato da minuta, disse que aquilo era o extrato de uma ata e não uma ata, eram coisas diferentes. Além do facto de que a venda era à Câmara Municipal de Portalegre. A Câmara não ia vender nada, mas sim ceder durante um período, a ser estabelecido, e todos os contratos teriam cláusulas que seriam previamente discutidas. O processo ainda seria longo.

Mais referiu que o próprio fiscal único também já se tinha pronunciado.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara onde é que estava a opinião do fiscal único.-----

Marco Antunes perguntou se o fiscal único tinha sido consultado. Se sim, onde estava o documento inerente. Em segundo, perguntou se a Sociedade Corticeira Robinson, que estava na insolvência mas não estava dissolvida, também tinha sido consultada, ou não. Disse que a aprovação daquela aquisição, por parte da Câmara, implicava um endividamento de cerca de um milhão e trezentos mil euros, o que iria inviabilizar a constituição dos empréstimos que iriam ali discutir de seguida, uma vez que a capacidade de endividamento atual não o permitia.

Por último, disse que, nos documentos que ali tinham, sendo que iriam efetuar uma aquisição, não estava demonstrada a capacidade de endividamento.-----

A presidente da autarquia lembrou que a capacidade de endividamento estava nos documentos da Câmara. -----

Marco Antunes perguntou novamente se estavam somente nos da Câmara e não daquela Assembleia Municipal. Qual era, na realidade, a finalidade da aquisição do imóvel, pela Câmara Municipal de Portalegre. Se era permitido que a própria Fundação pudesse fazer a cedência dos direitos de superfície diretamente, qual era necessidade do município adquirir o imóvel em causa. O objeto único da Fundação Robinson era a preservação daquele imóvel e daquele espólio. Não percebia.-----

A presidente da Câmara disse que o compromisso estava feito e já tinha ido a reunião de Câmara. A capacidade de endividamento não era feito da forma ali mencionada, pois não caía tudo no mesmo ano. Aquela capacidade era diluída ao longo dos anos. Lembrou que tinham ali assumido, na Assembleia Municipal, que já tinham o montante para o ano dois mil e dezanove e assumiu que o valor estava de lado para que se pudesse fazer a aquisição daquele imóvel, em conjunto com aquela Assembleia.

Portanto, pediu aos serviços uma projeção para se poder fazer e estava na reunião do executivo o compromisso, assim como estava lá espelhada a capacidade de endividamento. Cabia à Fundação acautelar as questões da própria Fundação e cabia à Câmara acautelar as questões do município.

Mais referiu que era um processo que passaria por várias entidades e seriam necessários vários pareceres, para se chegar à venda daquele edifício, inclusive ao Tribunal de Contas, devido ao montante envolvido. -----

Miguel Monteiro disse que a discussão ultrapassava, em muito, aquele ato sobre o qual se pronunciavam. O que no fundo ali estavam a discutir era o que se faria com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

espaço Robinson. Não se identificava minimamente com aquilo que a Fundação Robinson tinha feito, ao longo dos anos de existência da própria.

A Fundação foi sempre incapaz de cumprir os desígnios para os quais foi criada, tendo chegado à situação a que chegou atualmente.

Além do facto de depender a cem por cento do apoio que nunca chegava a tempo, por parte da Câmara Municipal de Portalegre, a Fundação Robinson tinha também esvaziado completamente as suas próprias competências, por várias razões.

Na realidade, o que estava ali em causa era uma possibilidade de revitalização de uma área específica da Fundação Robinson, a qual poderia ser alavancada por um projeto de um investidor particular e que, sem saberem ali mais pormenores, ainda assim era uma possibilidade que existia para se criar algum centro de interesse naquela área que, manifestamente, não o tinha.

A seu ver, o ponto mais importante daquela sessão da Assembleia não era propriamente o que dizia: “Aprovar a proposta a submeter à Assembleia Municipal que tem a competência para autorizar a Câmara a adquirir o imóvel.”, era quando referiram que, da mesma forma, também se propunha a submissão pela Assembleia Municipal ao visto prévio do Tribunal de Contas. Porque, por mais incorreções que a própria Fundação ou o seu Conselho de Administração tivesse cometido na reunião em que decidiram aprovar a alienação do património, se o Tribunal de Contas decidir que estarão reunidas as condições poderá ser feita, se porventura decidir que não estão, então o negócio não avançaria, certamente.

Disse ainda que, na última revisão orçamental que ali foi viabilizada, embora com a abstenção do grupo municipal do PS, mas o seu grupo tinha proposto que fosse cabimentada uma verba para abrir a possibilidade da Câmara poder recuperar algum património da Fundação.

Por último, salientou que ainda estava à espera, após muito tempo, das célebres auditorias à Fundação Robinson que nunca chegaram a ser feitas.

Por último, salientou que ainda estava à espera, após muito tempo, das célebres auditorias à Fundação Robinson que nunca chegaram a ser feitas. Defendia que a Câmara Municipal de Portalegre se acautelasse no procedimento que ia fazer e se, eventualmente, aquilo tivesse uma valorização mais baixa e não necessitasse de visto do TC como necessitava, a sua posição seria outra, contudo, naquela matéria ficava um pouco mais salvaguardada porque sabia que uma entidade independente se iria pronunciar sobre o mesmo.-----

Ricardo Romão disse que não esperava que a discussão fosse daquele género, porque o que ali estava em causa era encontrar aquela proposta como uma solução, em que todos se pudessem envolver para se resolver, de uma vez por todas, um problema que era de todos. Entendia que não deveriam estar sempre a utilizar a Fundação Robinson como um “saco de boxe” ou como o “bode expiatório” de uma série de coisas. Eventualmente algumas questões não correram conforme desejariam, mas havia alguns argumentos ali utilizados que achava desnecessários.

Mais referiu que se a questão estava acautelada, era do interesse de todos darem o seu contributo e obter-se uma solução para a Fundação e para aquele espaço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por último, disse que o programa Revive, relativamente ao edifício do Convento de São Francisco, ficou deserto e mais uma vez manteve o espaço em recuperação, mas podia também ser elencado com aquele projeto. -----

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia, disse que estavam ali todos pelo mesmo: pelo bem da cidade. No entanto, lamentou o facto de, por vezes, os documentos que ali chegavam não estavam em condições e levavam a discussões eternas.-----

Marco Antunes disse ser interesse geral que o espaço Robinson fosse devidamente aproveitado e utilizado para engrandecer a história daquela empresa e que o espólio fosse mantido.

Relativamente à discussão do que era suposto serem as propostas que todos deviam ter apresentado, disse que se lembrava de já ali terem mencionado que se marcaria uma reunião onde iria apresentar propostas sobre o que julgariam vir a ser o espaço em causa. Embora na altura o PSD não tivesse nada preparado mas ainda nada tinha sido avançado sobre uma possível data para o efeito.-----

Hugo Capote disse que a intenção do membro Ricardo Romão faria sentido se a Assembleia fosse o órgão executivo. Lembrou que à Assembleia Municipal cabia fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e do seu perímetro e não gerir a autarquia. Perguntou qual era a coerência daquela Assembleia Municipal quando, há cerca de um mês, se mandou para trás propostas de entidades bancárias que já não eram válida e que eram um vício de forma, não uma questão de princípio.

Salientou o facto de haver uma opinião de um fiscal único mas que não foi ali apresentada na sessão. Tratava-se de uma avaliação específica de um fiscal que se pronunciava sobre uma alienação de património e que não estava nos documentos de apoio àquela Assembleia Municipal. Não se podia fechar os olhos a tal facto.

A CDU queria propor que aquele ponto fosse discutido dali a um mês com a opinião do fiscal único e a ata devidamente extraída.

Concluiu, dizendo que estavam ali para que a gestão da “coisa” pública decorresse de acordo com as regras existentes e para as quais tinham sido eleitos.-----

Silvia Relvas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, propôs que fossem discutidos os pontos, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, para depois serem votados individualmente. -----

15 – Taxa municipal de direitos de passagem para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

16 – Derrama a cobrar em 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

17 – IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

18 – IMI – Imposto municipal sobre imóveis para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente da Câmara Municipal, relativamente à taxa municipal de direitos de passagem, disse que a proposta seria igual à do ano passado;

A proposta para a derrama era de zero por cento.

A do IRS era para a Câmara arrecadar três setenta e cinco por cento.

Por último, o imposto municipal sobre imóveis seria para manter.-----

Miguel Monteiro, quanto aos impostos e taxas municipais, mais propriamente à taxa de direitos de passagem e à derrama, disse que os pontos tinham sido aprovados por unanimidade na reunião de Câmara e mantidas as premissas existentes anteriormente. Mas, em relação ao IRS, apesar de haver algum esforço no sentido de devolver uma parcela daquele imposto aos contribuintes portalegrenses.

Chamou a atenção para o facto de haver questões já recorrentes, tanto nas reuniões do executivo, como ali na Assembleia e admirava-se como é que, de ano para ano, se cometiam os mesmos erros e não se corrigiam. Era o caso do IMI, o qual nunca passava sem ter, pelo menos, dois capítulos. O que tinha sido aprovado em reunião de Câmara foi manter a taxa de zero, quatro por cento. Para o PS tem sido sempre um ponto de honra que as freguesias que não tinham instrumentos de reabilitação urbana, para recuperarem os seus imóveis, não deveriam constar das listagens elencadas pelo município de Portalegre com os prédios devolutos ou degradados, porque iriam sofrer uma majoração de trezentos por cento no IMI. Também naquelas situações havia discriminação entre as freguesias do concelho.

Salientou que o que foi aprovado, em reunião de Câmara, era uma lista em branco para as freguesias de Reguengo e São Julião, Fortios e Urra, mas ia outra lista preenchida com vários imóveis na União das freguesias da Ribeira de Nisa e Carreiras. Obviamente que o PS não concordava e propôs que o ponto fosse retirado, fosse alvo de nova deliberação e devolvido à próxima sessão daquela Assembleia, estando já corrigido o erro. -----

Hugo Capote disse que a CDU também se iria manter coerente com o que tinham defendido nos últimos anos e se, realmente, as questões das receitas camarárias eram um assunto importante, mediante a voragem de empréstimos que o município pretendia efetuar, não percebiam porque é que na questão da derrama não optavam por colocar alguma responsabilidade nas empresas do concelho que tinham lucros acima de cinquenta mil euros, mesmo sem ser aplicada a taxa máxima, mas uma taxa que corresponsabilizasse, em parte, as empresas que beneficiavam dos serviços camarários. Posto aquilo, referiu que aquela mais valia da derrama poderia ser contra balanceada com algum alívio que se daria aos portalegrenses, no pagamento do IMI.

Lembrou que os portalegrenses pagavam quase o valor mais alto daquele imposto, já há muitos anos, numa cidade com pouca oferta habitacional.

Na questão das listas das freguesias, disse que a CDU iria acompanhar o PS, porque os erros de forma contavam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Marco Antunes lembrou o facto do vereador Armando Varela ter proposto, em reunião de executivo, uma taxa ligeiramente mais baixa (zero, trezentos e setenta e cinco), embora não tivesse sido aprovada. Portanto, a ideia seria compensar os municípios que não tinham uma minoração como a que era feita nas áreas classificadas. Quanto à majoração, o PSD também concordava com o que disse o membro do PS.---

Ricardo Romão, relativamente à derrama, disse que a mesma não era sobre o valor das empresas, mas sim sobre o volume de negócios. Quanto ao IRS, a CLIP saudava o equilíbrio ali indicado pelo PS, entre aquilo que era a taxa de esforço dos municípios e as necessidades financeiras da Câmara. Na questão do IMI, disse ser também pertinente a questão e percebiam o intuito.-----

A presidente da Câmara disse que a questão dos imóveis degradados iria novamente a reunião de Câmara. Já tinham tirado todos os imóveis devolutos, porque a lei tinha alterado a partir de dezoito de setembro último, no sentido de que o conceito do imóvel devoluto tinha mudado completamente. Contudo, tinha sido humanamente impossível aos serviços terem enviado as listas a tempo. Por uma questão de equidade, o que optaram fazer foi não colocar todos os imóveis devolutos dentro da lista, porque poderiam estar a penalizar uns e a beneficiar outros. Entretanto, teriam também margem de manobra para integrar a lista dos imóveis devolutos. -----

Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia, sugeriu que se fizesse um intervalo de 5 minutos. Após o intervalo, referiu que a presidente da Câmara lhe tinha feito chegar um documento que já havia reencaminhado, naquele mesmo dia, para o presidente da Assembleia Municipal. O documento em causa era o parecer do fiscal único, referente ao espaço Robinson.-----

A presidente da Câmara solicitou à mesa para retificar uma informação dada anteriormente, onde disse: "...a partir de dezoito de setembro..."; quis dizer que a alteração à lei tinha saído em vinte e um de maio de dois mil e dezanove. -----

19 - Seguros e segmento não vida – Repartição da despesa em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente disse que o ponto tinha a ver com o concurso dos seguros anuais, através da Comunidade Intermunicipal, em que tinha sido aprovada a plurianualidade dos mesmos. -----

Silvia Relvas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, sugeriu que os três pontos seguintes fossem discutidos em conjunto e votados individualmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

20 – Contratação de empréstimo até ao montante de 112.196,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

21 - Contratação de empréstimo até ao montante de 987.628,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

22 - Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente da Câmara Municipal disse que o primeiro empréstimo tinha a ver com a contrapartida nacional para a reabilitação da Av.^a Francisco Fino, na zona industrial. O segundo empréstimo tinha a ver com a reabilitação da piscina dos Assentos. O último era referente à questão das repavimentações, nas entradas da cidade.-----

Hugo Capote disse que gostaria de perceber se aquela capacidade de endividamento que ia anexa aos empréstimos tinha sido calculada incluindo as receitas dos SMAT.----

A presidente da Câmara disse que sim e que também era calculada com base nas despesas dos SMAT.-----

Hugo Capote disse que se era calculada daquela forma, então os SMAT também deveriam pagar os empréstimos.-----

Miguel Monteiro disse que os dois primeiros empréstimos iam, de certa forma, ser apresentados novamente à Câmara de Portalegre, para se cumprirem requisitos que não estavam devidamente validados. Tratavam-se de duas obras essenciais e, portanto, estando sanado o vício de forma, o PS não teria nada a opor.

Alertou para o facto da Piscina dos Assentos ter uma taxa de utilização que excedia, em muito, o que seria aconselhável e, atualmente, Portalegre não conseguia oferecer as devidas condições para quem quisesse praticar natação. Considerou que tal facto era já um problema de saúde pública grave, devido à questão do fibrocimento existente naquela piscina. O problema já devia estar há muito sanado.

Quanto ao terceiro empréstimo, referiu que o PS não se identificava com a forma como o mesmo tinha sido apresentado, nem com a sua calendarização. -----

23 – Alteração ao júri do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

A presidente da Câmara disse que a alteração daquele júri tinha a ver com o facto de três dos elementos do mesmo terem desistido, o que levou a que o número de suplentes não fosse suficiente para completar o júri. Teve de voltar à Câmara com uma nova proposta e, posteriormente, à Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÕES:

1 – 2.ª Revisão ao orçamento da Câmara municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP e do PSD, os votos contra do PS e PCP/PEV e o voto de qualidade de Silvia Relvas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, rejeitar o ponto. -----

2 - 2.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP e do PSD, os votos contra do PS e PCP/PEV e o voto de qualidade de Silvia Relvas, na qualidade de presidente da mesa rejeitar o ponto. -----

3 – 3.ª Alteração ao mapa de pessoal de 2018 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Classificação do edifício/sede do Sindicato dos Operários Corticeiros como monumento de interesse municipal – para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.07.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Requerimento da CDU para audição do 1.º comandante distrital de operações de socorro;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

6 – Eleição do presidente de junta/suplente, para o XXIV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Eleição já efetuada por voto secreto.-----

7 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto.-----

8 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto.-----

9 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto.-----

10 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a União de Freguesias de Reguengo e S. Julião;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto.-----

11 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto. -----

12 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto. -----

13 - Contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, PS, e PSD e a abstenção do PCP/PEV aprovar o ponto. -----

14 – Proposta de aquisição de imóvel, pertencente à Fundação Robinson pelo Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP, os votos contra do PCP/PEV e CDS e a abstenção do PS, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – PS (João Meira)

“O grupo municipal do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Portalegre, não inviabiliza a proposta de aquisição de imóvel, pertencente à Fundação Robinson, pelo município de Portalegre, reafirmando desde já, que compete a este órgão fiscalizar e assegurar a legalidade das decisões tomadas pela Câmara Municipal de Portalegre.

Mais assume o grupo municipal do PS, perante esta Assembleia, que o seu compromisso para com a identidade, o passado registado na memória dos seus operários e dos portalegrenses e para com a proteção e valorização do património histórico e industrial da fábrica da rolha, está intacto e inabalável.

Todavia, a incapacidade de salvaguarda, valorização e projeção do espaço Robinson, demonstrada pela Fundação Robinson, ao longo de mais quinze anos de história, levam-nos à necessidade de discutir o futuro para este espaço, que assegure o necessário investimento público e defina um projeto sustentável de salvaguarda do património, onde o investimento privado ocupe o seu devido lugar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Nesta dimensão, quando se abra uma nova porta para o futuro da Robinson, através da inclusão do Convento de São Francisco no programa Revive, o grupo municipal do Partido Socialista mantém a sua posição e espírito construtivo, em face da solução que apresentou quando viabilizou a primeira revisão orçamental de dois mil e dezanove. Neste sentido, tudo faremos para assegurar, ao longo de todo o processo, a necessária protocolização entre o município de Portalegre e os investidores privados, que cumpra o interesse e a utilização pública, a defesa e valorização do património e a salvaguarda da memória deste espaço. O grupo municipal do PS, na Assembleia Municipal de Portalegre.”

Declaração de voto – CDU

“Esta é mais uma decisão nebulosa em relação à Robinson tomada pela CLIP, com a conivência e cumplicidade do PS.

Desde logo pela inexistência de um parecer do Fiscal Único da Fundação Robinson, o que estatutariamente era imprescindível.

É no mínimo opaco que o assunto seja agendado sem que o parecer seja anexo...

O que está em causa é a aquisição de património industrial edificado e classificado, pelo valor de 1 milhão e 283 mil euros que, essencialmente servirão para que a Fundação Robinson pague as dívidas que resultaram do incumprimento continuado, por parte da Câmara, do suporte financeiro a que estava obrigada, adquirindo um edifício classificado que, em seguida entregará a um promotor hoteleiro privado, sem qualquer garantia.

Ou seja, com esta operação o erário público ficará sem dinheiro e sem património, numa operação opaca e de contornos duvidosos ao nível da sua legalidade, não falando já da defesa do interesse público.

Para além de outras dúvidas que se levantam, nomeadamente a preservação do património móvel classificado que se encontra no edifício que agora se pretende comprar para entrega a investidor privado, mas que fica fora do “negócio”, não deixa de ser curioso que esta proposta, em estudo há mais de um ano, seja aprovado pelo PS e pelo CLIP, numa altura em que foi aprovado um pedido de inspeção à IGF e Tribunal de Contas sobre as contas da Fundação...pelo PS!

É, assim, apresentada esta proposta, à pressa, sem a fundamentação mínima exigível por Lei, nomeadamente o parecer do Conselho de Fundadores e do Fiscal Único, mas apenas com uma “concordata” entre a CLIP e o Conselho Diretivo da Fundação por ela nomeado (só a CLIP votou os seus nomes, numa eleição já de si com legalidade duvidosa) e, pelos vistos, também com o PS.

Realçamos ainda a inexistência da auscultação do gestor de insolvência da Fábrica Robinson, posição que só pode ser entendida com a tentativa de negar aos trabalhadores parte da compensação a que têm direito desde a insolvência, mas que nunca foi paga por falta de liquidez.

Liquidez essa que estaria em parte resolvida se a verba a receber pela venda do imóvel passasse a fazer parte da massa falida.

Como decorre da Lei, esta decisão só responsabiliza coletiva e individualmente quem a tomou, razão pela qual apresento a presente declaração de voto vencido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

demarcando-me, para todos os efeitos, da decisão tomada e das implicações legais que daí possam advir”.

Declaração de voto – PSD

“Os membros da bancada municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Portalegre votam contra a proposta contida no ponto mencionado em epígrafe (“proposta de aquisição de imóvel pertencente à Fundação Robinson, pelo Município de Portalegre”); manifestando, desde já e em primeiro lugar, total sintonia de opinião e concordância de pontos de vista, relativamente à declaração de voto apresentada pelo Vereador Armando Varela, sobre este mesmo assunto, em sede de reunião de Câmara Municipal, no dia 23 de outubro de 2019. Aliás, e ainda sobre esta declaração de voto do Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não podemos deixar de referir, de forma bastante crítica, o facto de a mesma não ter sido inicialmente incluída nos documentos que instruíam este ponto e que, em devido tempo, foram remetidos aos membros da Assembleia Municipal.

Relativamente ao nosso voto contra, propriamente dito, consideramos que nem de outra forma poderíamos decidir, em total consciência e na defesa intransigente dos interesses da Fundação Robinson, do Município de Portalegre e, em suma e principalmente, de Portalegre e dos Portalegrenses! Pela nossa parte, temos estado e estaremos sempre disponíveis para apoiar, subscrever e votar favoravelmente tudo aquilo que, em nossa opinião, possa resultar em benefício claro e objetivo para a Cidade, para o Concelho e para os Portalegrenses; mas nunca poderemos pactuar com soluções supostamente “milagrosas” e delineadas de forma precipitada e “em cima do joelho”, mas em relação às quais, talvez por isso mesmo, podem levantar-se questões importantes e graves de conformidade legal. Falamos, por exemplo, do facto de subjacente a esta decisão de venda, por parte da Fundação Robinson, não haver qualquer decisão favorável expressa (pelo menos que se saiba, uma vez que tal não consta da documentação fornecida à Assembleia Municipal) por parte, por exemplo, da Sociedade Corticeira Robinson Bros., fundadora e ainda detentora, tanto quanto julgamos saber, de uma participação de cerca de 43% na Fundação Robinson. Mas são também dúvidas de conformidade legal que se nos levantam, quando analisamos as consequências desta “compra” (a concretizar-se!) para a Câmara Municipal de Portalegre; nomeadamente para a sua capacidade de endividamento, cujo limite consideramos poder a vir a ser ultrapassado, se ao valor necessário para assegurar esta transação somarmos os empréstimos em vigor e aqueles que se encontram prestes a ser aprovados.

Na verdade, e ao contrário do que a Senhora Presidente da Câmara e a maioria que a suporta querem fazer crer, subjacente a este “negócio imobiliário” não está qualquer plano estratégico para a Fundação Robinson, nem tão-pouco para a Cidade! Trata-se, apenas e só, de, “à boleia” de um projeto criado pelo Governo central (REVIVE), tentar tapar o buraco financeiro criado à Fundação Robinson pela incapacidade e incompetência da Senhora Presidente Adelaide Teixeira e da CLIP! E falamos, em termos de dívidas da Câmara Municipal à Fundação, desde 2012 e até ao momento presente, de mais de 860.000,00 euros... e que obrigaram já, por exemplo, e em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tempos bastante recentes, ao corte de energia elétrica a instalações da Fundação, por falta de pagamento ao respetivo fornecedor, ou à vergonha dos salários em atraso aos colaboradores da mesma!

Não menos lamentável é constatar-mos que esta proposta de aquisição imobiliária foi presente e aprovada, em sede de Câmara Municipal, no mesmíssimo dia e reunião em que a Câmara Municipal de Portalegre deliberou solicitar uma inspeção junto do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças, à Fundação Robinson, assim como às relações entre a mesma e a Autarquia.

Em suma, e lamentamos ter que o dizer, mas é nosso entendimento que todo este “negócio” mais não visa do que branquear erros, incompetências e eventuais irregularidades do passado, no que à atuação da Câmara Municipal de Portalegre junto da Fundação Robinson diz respeito, e preparar o caminho para o esvaziamento e consequente extinção da própria Fundação, frustrando os objetivos para os quais a mesma foi criada e frustrando, igualmente, as expetativas de credores (entre os quais os antigos trabalhadores da Sociedade Corticeira Robinson!) e do outro Fundador que, repetimos, até ao momento desconhecemos que sobre o assunto se tenha pronunciado. Na prática, o que estamos a assistir é, apenas e só, a um descarado alijar das responsabilidades financeiras da Câmara Municipal de Portalegre para com a Fundação Robinson; o qual, ainda para mais, corre sérios riscos de vir a ser travado noutras instâncias.

Por todas as razões antes aduzidas, e plenamente conscientes de estarmos a defender os interesses de todas as partes envolvidas, e bem assim de Portalegre e dos Portalegrenses (que nos elegeram), não poderíamos tomar outra decisão que não a de votar CONTRA esta proposta, com os fundamentos constantes nesta declaração de voto.”

15 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

16 – Derrama a cobrar em 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os votos favoráveis dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

17 – IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e do PSD, os votos contra da CLIP e do PCP/PEV e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, aprovar o ponto.-----

18 – IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para 2020;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto.-----

19 - Seguros e segmento não vida – Repartição da despesa em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

20 – Contratação de empréstimo até ao montante de 112.196,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP e PSD, os votos contra do PCP/PEV e a abstenção do PS, aprovar o ponto.-----

21 - Contratação de empréstimo até ao montante de 987.628,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP e PSD, os votos contra do PCP/PEV e a abstenção do PS, aprovar o ponto.-----

22 - Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CLIP e do PSD, os votos contra do PS e PCP/PEV e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, rejeitar o ponto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

23 – Alteração ao júri do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística:

- Deliberação da CMP de 23.10.2019 –

O membro Hugo Capote disse à mesa que não iria votar o ponto.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 7.^a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 01H45, do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)